

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ GABRIEL COSTA CARNEIRO MACHADO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo sobre o “Programa Escola Digna” da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão

São Luís
2018

JOSÉ GABRIEL COSTA CARNEIRO MACHADO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo sobre o “Programa Escola Digna” da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me. Celso Antônio Lago Beckman.

São Luís

2018

Machado, José Gabriel Costa Carneiro.

Avaliação de Políticas Públicas: um estudo sobre o “Programa Escola Digna” da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. / José Gabriel Costa Carneiro Machado. São Luís – 2018. 60f.

Monografia (Graduação). Curso de Administração, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Prof. Me. Celso Antonio Lago Beckman

1. Educação. 2. Melhorias. 3. Políticas Públicas. 4. Avaliação. 5. Desenvolvimento Humano.

JOSÉ GABRIEL COSTA CARNEIRO MACHADO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo sobre o “Programa Escola Digna” da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Aprovado em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Celso Antônio Lago Beckman
(Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão

2º Examinador

3º Examinador

São Luís
2018

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seria possível em minha vida, à minha família, alicerce que sustenta meu viver, à minha namorada, que sempre esteve ao meu lado incentivando-me, e aos meus amigos, que acreditaram em mim até quando eu mesmo não acreditei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu Senhor Deus, de quem pude ter a honra de ser filho, amigo e servo durante minha trajetória enquanto acadêmico nesta graduação. Mesmo em meio a tantas falhas e erros, Ele nunca saiu de perto de mim.

À minha família, especialmente à minha mãe, Valdenir Machado, mulher cujo ventre eu tive o privilégio de ter sido gerado, ao meu pai, Antônio de Lisboa, meu norte, meu pilar e minha inspiração para ser quem eu sou, à minha irmã, Gabriella Machado, em quem busco me espelhar pela pessoa fenomenal que é, e à minha namorada, Larissa Falcão, pelo inesgotável companheirismo e pelo infindável carinho despendido a mim. Agradeço fortemente à Universidade Estadual do Maranhão por ter sediado o início de minha trajetória e germinado as sementes dos meus sonhos profissionais. Ao curso de Administração, um dos mais renomados e respeitados a nível nacional, o qual me deu condições extremamente oportunas de desempenhar meu ofício de administrador.

Ao Diretório Acadêmico Bandeira Tribuzzi e à Gestão M.E.T.A., berço de minhas lutas pela coletividade, pelo bem-estar da classe discente e pela melhoria da Universidade mediante a força da política estudantil, terreno fértil de minhas ideias mais românticas e idealistas no tempo em que tive a honra de servi-lo como seu Presidente. Destaco os amigos que fiz para a vida nas pessoas de Amanda Ferraz e Elisa Machado, cujo intento incansável de acompanhar meus devaneios eu não poderia deixar de enaltecer.

Agradeço aos meus mestres, sobretudo aqueles que me tiraram da zona de conforto e me fizeram apaixonar pelos mais diversos conteúdos da ciência, em especial na pessoa do Prof. Me. Celso Antônio Lago Beckman, que aceitou o desafio de me orientar nesta empreitada rumo à conclusão de curso.

Aos meus amigos, tantos que fiz nesta jornada, impossível de nomeá-los. À minha turma, 2014.02, que me abraçou como caçula e tanto me ensinou e moldou como homem que sou hoje.

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”.

Mahatma Ghandi

RESUMO

É imperativo notar que o Maranhão possui um histórico de flagelos que impactaram direta ou indiretamente o seu desenvolvimento nos mais diversos aspectos. Neste ínterim, a Educação surge como um advento de extrema importância, especialmente no que diz respeito às mudanças e melhorias que se pretendem implementar para que tenhamos um Estado com melhores índices de desenvolvimento humano e social, cujo bojo deve constituir-se de ações perpetradas pela Administração Pública no sentido de dar condições de vida mais dignas à população, como é o caso do Programa Escola Digna, empreendido pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), carro chefe da atual gestão do Governo do Estado, objeto de estudo deste presente trabalho. Foi realizada uma avaliação do Programa em questão, sob a égide da literatura acerca de Políticas Públicas e suas tão variadas nuances, o que dá sustentação teórica ao estudo. Foram empreendidos esforços no sentido de compreender como a SEDUC têm buscado realizar a substituição de escolas de taipa – em estado de total decrepitude – por espaços de alvenaria, com estrutura arquitetônica digna e acompanhamento técnico-pedagógico, permeando por sua relação com a melhoria efetiva dos índices educacionais. Ao final, buscou-se analisar os resultados demonstrados e proporcionar entendimento sobre o assunto.

Palavras-chave: Educação. Melhorias. Políticas Públicas. Avaliação. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT

It is clearly notable that the State of Maranhão, Brazil, presents historic flaws which have, direct or indirectly, stepped on the brakes of development in the most variable aspects. So, the Educational System has appeared, in the scenes, as a very important object, especially considering the several changes which might be provided through its engagement, as humane as socially speaking. But it might have a great productivity only in case the Public Power comes together, as it has been happening as a consequence of the Official Govern Project named Dignity in School, which is held by the Government of the State of Maranhão, and has been taken as the main object of this scientific work. An evaluation, based on the Project, under the Public Politics point of view and the various directions turned by it, has been done. This has been the spirit of this work. How the State Secretary for Education has acted to get to the objectives of building dignity under the chaos the schools were immersed for irresponsibility of previous Governments is a very important and notable point which must be firmly considered in this work, especially because it was taken an administrative decision of building new schools instead of maintaining the old ones which were offensive to the dignity of education, teachers, directors, families and, the most important, the students, which felt that this care has driven them to the right direction that leads to success in the absorbing of knowledge and more self-esteem. By the end of this scientific work we brought to light the effective results of the Project, which was essential for an entire understanding of the appreciated subject.

Key words: Education. Improvement. Public Politics. Evaluation. Human development.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Municípios atendidos	17
Imagem 2 – Municípios atendidos (2)	18
Imagem 3 – Modelo 02 salas	29
Imagem 4 – Programa Arquitetônico 02 salas	30
Imagem 5 – Programa arquitetônico 04 salas	31
Imagem 6 - Programa Arquitetônico 06 salas	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resumo entregas	26
Gráfico 2 – Números Escola Digna	43
Gráfico 3 – Série histórica Saeb (Português)	51
Gráfico 4 – Série histórica Saeb (Matemática)	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contribuições acadêmicas sobre o tema avaliação de políticas públicas	33
Quadro 2 – Dimensões da Avaliação	40

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAEMA	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IHD	Índice de Desenvolvimento Humano
SASSE	Assessoria do Programa Escola Digna
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDUC	Secretaria de Educação,
SINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado
STC	Secretaria de Transparência e Controle

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Metas Escola Digna	21
Tabela 2 – Metas Escola Digna em comparativo (2017 e 2018)	21
Tabela 3 – Etapas (1)	22
Tabela 4 – Etapas (2)	23
Tabela 5 – Orçamento parcial (2017)	24
Tabela 6 - Orçamento parcial (2)	25
Tabela 7 – Piores IDH's (1 a 15)	27
Tabela 8 - Piores IDH's (15 a 30)	28
Tabela 9 – Amostragem Escolas Inauguradas	44
Tabela 10 - Amostragem Escolas (2)	45
Tabela 11 - Amostragem Escolas (3)	46
Tabela 12 - Planilha de custos (unit/m ²)	47
Tabela 13 – Amostragem planilha de custos geral	48
Tabela 14 – Filtro Resumido	49
Tabela 15 - Filtro resumido (2)	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	17
2.1 Plano Mais IDH	17
2.2 Programa Escola Digna	19
2.3 Objetivos Iniciais	20
2.4 Etapas do Projeto	22
2.5 Status e Orçamento parciais	24
2.6 Alfabetização nos 30 piores IDH's	26
2.7 Modelo Arquitetônico	28
2.7.1 Modelo 02 salas	28
2.7.2 Modelo 04 salas	31
2.7.3 Modelo 06 salas	32
3 REFERENCIAL TEÓRICO	33
4 METODOLOGIA	41
4.1 Tipo de Pesquisa	41
4.2 Coleta de Dados	42
4.3 Tratamento dos Dados	42
4.4 Análise de Dados	42
5 RESULTADOS	43
5.1 Amostragem de Escolas Inauguradas	43
5.3 Investimento	47
5.4 Filtro Resumido	48
5.5 Resultado IDEB	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade realizar abordagem acerca da avaliação de uma política pública implementada pelo Governo do Estado do Maranhão mediante a Secretaria de Educação (SEDUC), que possui por função precípua construir, reformar e revitalizar espaços escolares existentes no território maranhense, estes que costumeiramente encontram-se em estado de total decrepitude, fornecendo-lhes condições minimamente dignas de exercerem sua função social, que é a de prestar serviço público educacional de qualidade.

Este trabalho delimita-se tematicamente na seara: Avaliação de Políticas Públicas: um estudo sobre o “Programa Escola Digna” da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. A avaliação terá como finalidade analisar quais medidas o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, estão sendo tomadas para suprir o déficit histórico de escolas e condições de educação minimamente dignas em território maranhense por meio do Programa Escola Digna, e se essas ações têm sido suficientemente eficazes na consecução dos objetivos estratégicos do poder público.

A pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: de que forma o Programa Escola Digna tem proporcionado a melhoria efetiva da educação no Estado do Maranhão? Nesse contexto, urge abordar acerca da deficiência do Estado do Maranhão em se tratando de ações estruturantes – sobretudo na educação – e de que forma a problemática está sendo tratada pelos atuais responsáveis pela administração direta do poder público estadual, uma vez que tais escolas possuem um déficit histórico, especialmente no que diz respeito às condições estruturais destas.

Portanto, é imperativo notar que a relevância da pesquisa se justifica pelo Programa Escola Digna tratar-se da culminância de todo um leque de ações de vital importância para a retomada de índices educacionais positivos, uma vez que o Maranhão sempre oscilou dentre as últimas posições nos rankings de educação em geral. Substituir escolas de taipa por prédios em alvenaria é muito mais do que uma medida estética: trata-se de propiciar condições mais dignas que sediarem aquele que deve ser o mais primordial direito do cidadão, fornecendo satisfatoriamente ambientes mais aprazíveis de ensino e aprendizagem nas regiões menos favorecidas do Estado.

Têm-se como objetivo geral avaliar de que forma o Programa Escola Digna tem propiciado melhorias efetivas nos índices de educação dos alunos maranhenses. Secundariamente, deseja-se verificar no rol de ações estruturantes quais principais medidas estão sendo tomadas na consecução dos objetivos estratégicos estaduais em educação, bem como sublinhar a importância do programa na melhoria dos índices educacionais do Estado do Maranhão. Almeja-se, ainda, identificar fatores preponderantes que impeçam tais ações de serem ainda mais eficazes buscando alternativas viáveis aos empecilhos constatados e, por fim, registrar os esforços despendidos pela administração pública e demais *stakeholders* no alcance das metas pré-estabelecidas.

A seção de metodologia apresenta aquela utilizada para a avaliação do Programa Escola Digna como mecanismo de estado para sanar problemas educacionais existentes no Maranhão. Considerou-se a tipificação e os elementos de coleta e análise de dados que melhor tiveram aderência aos objetivos da pesquisa.

Existem vários tipos de pesquisa, com diferentes taxionomias. Outrossim, classificam-se em diversos tipos: quanto a sua finalidade, a forma de abordagem, quanto aos objetivos e aos procedimentos técnicos. O presente trabalho usou, quanto à abordagem da pesquisa, o método misto, que é quando dados qualitativos e quantitativos são coletados e analisados para estudar um fenômeno num único trabalho. As tendências inerentes a um dos métodos, qualitativo ou quantitativo, podem neutralizar as tendências do outro método.

Quanto aos objetos, foi utilizado o método descritivo. As pesquisas descritivas têm o propósito principal de descrever um fenômeno/população, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. O procedimento técnico de uma pesquisa é um plano para coletar e analisar evidências, que torna possível a um pesquisador responder quaisquer que sejam as questões propostas numa pesquisa. O procedimento utilizado nesta pesquisa se deu conforme a abordagem de estudo de caso. Quanto a sua finalidade, o presente estudo abrange a pesquisa básica ou fundamental. Este tipo de pesquisa básica deve ser provocado por curiosidade do pesquisador e seus achados devem ser declarados para todos, possibilitando assim a transmissão e debate do conhecimento. A coleta foi realizada mediante o uso, pesquisa e solicitação de documentos de domínio público em geral para as

instâncias competentes, tais como a Assessoria do Programa Escola Digna, ligada à Secretaria de Estado da Educação.

O presente trabalho teve por técnicas de tratamento de dados o uso de tabelas e gráficos – quando do tratamento de análise quantitativa – e análise documental e análise do discurso – em se tratando de análise qualitativa. A análise foi realizada conforme indicações dos autores dos métodos utilizados na coleta de dados. A partir desse momento, realizou-se uma correlação com os resultados obtidos visando identificar resultados palpáveis de melhorias efetivas na educação pública pelo advento do Programa Escola Digna.

Este estudo se desenvolve ao longo de 6 capítulos. Assim sendo, o primeiro aborda introdutoriamente o eixo temático do trabalho, a problemática, a relevância, a investigação, os objetivos – geral e específicos – e o escopo estrutural do trabalho. Por conseguinte, a contextualização traz à baila conteúdo histórico que subsidia e oferece musculatura ao tema estudado, gravitando em torno das raízes das políticas públicas, sua formulação, como pensá-las e de que forma o próprio Programa Escola Digna foi influenciado pela maneira já existente de desenhar uma política. O terceiro capítulo agrega mediante o Referencial Teórico, que por sua vez potencializa bibliograficamente a avaliação que se fez acerca do universo estudado, como base sustentadora que ajudou a formular tal política educacional.

Por conseguinte, têm-se no quarto capítulo a exteriorização dos procedimentos metodológicos, onde fez-se breve e suscintamente um apanhado daquilo que se utilizou como ferramenta para a construção do estudo. No quinto são trazidos os resultados da pesquisa, ou seja, o que se constatou com o advento da análise dos dados, informações e planilhas destrinchadas na consecução do presente estudo. Finalmente, no capítulo derradeiro estão debruçadas as considerações finais, cujo arcabouço alinha-se com as conclusões obtidas no trabalho que se desenvolveu.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Plano Mais IDH

O Plano “Mais IDH” foi instituído pelo Decreto nº 30.612, de 02 de janeiro de 2015, consiste em uma ação estratégica de combate à extrema pobreza e promoção de justiça e cidadania para milhares de maranhenses excluídos do processo social, cultural e político (SEDUC, 2017). O Plano Mais IDH surge no contexto do Escola Digna para nortear quais municípios deverão ser contemplados num primeiro momento. O objetivo geral do programa é realizar a substituição de escolas precárias e atendimento a assessoria pedagógica aos municípios no sentido de garantir a todos: crianças, jovens, adultos e idosos formação para atuar profissionalmente nas mais diversas áreas, para promover a elevação dos indicadores educacionais do Maranhão, como rege relatório da Assessoria Especial do Programa Escola Digna.

Condições de vulnerabilidade e insalubridade para estudantes e professores realizarem o processo de ensino e aprendizagem em instalações precárias, inexistência de espaços de salas de aula adequados, de espaços de convivência e socialização, além de que as ações pedagógicas ficam prejudicadas convergindo para o desestímulo de estudantes e professores.

Imagem 1 – Municípios atendidos



Fonte: SEDUC (2017)

Imagem 2 – Municípios atendidos (2)



Fonte: SEDUC (2017)

Justifica-se precipuamente por:

- O IDH do Maranhão é de 0,639 ocupa a última posição no índice geral (Atlas de Desenvolvimento Humano/2013);
- 23 cidades do Maranhão estão entre as 100 do Brasil com pior IDH;
- Dos 217 municípios, cerca de 140 possuem IDH baixo;
- O índice de extrema pobreza atinge mais de 20% da população - um em cada cinco maranhenses sobrevive com menos de R\$ 70,00 por mês;
- Apenas 65,8% dos domicílios possuem rede de abastecimento de água nas sedes.
- 60% dos domicílios maranhenses encontram-se em algum nível de insegurança alimentar;
- 20% ou seja quase um milhão de maranhenses com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever esse percentual chega a 40,3% para a população do campo. (PNAD/2012)

Diante dos dados apresentados pela educação maranhense confirmam a tese de que é necessários investimentos em ações que mitiguem e superem os baixos índices, como os da taxa de analfabetismo, por exemplo, que é quase duas vezes maior que a média nacional.

2.2 Programa Escola Digna

Segundo a Secretaria de Estado da Educação (2018, não paginado)

[...] o Programa Escola Digna constitui-se como a macropolítica de educação da SEDUC e tem por finalidade institucionalizar as ações da secretaria em eixos estruturantes que subsidiam teórico, político e pedagogicamente as ações educativas da Secretaria de Estado da Educação, como política de Estado, de modo a orientar as unidades regionais, as escolas e os setores da SEDUC, dando-lhes uma unidade em termos de concepção teórica e metodológica para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Neste sentido a SEDUC ainda aborda os eixos da macropolítica: “dentre os eixos que compõem a macropolítica estão: Fortalecimento do Ensino Médio, na perspectiva de uma política de educação integral e integrada, Formação Continuada dos profissionais da educação, Regime de colaboração com os municípios que institucionaliza o Escola Digna enquanto programa de governo, Gestão Educacional, Avaliação institucional e da Aprendizagem e o eixo que transversaliza os demais, Pesquisa, Ciência e Tecnologias”.

De acordo com Comunicado Oficial publicado no Diário Oficial do Estado pelo Governo do Maranhão, “o Programa Escola Digna foi instituído por meio do Decreto nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015 e tem dentre os seus objetivos a construção de unidades escolares adequadas necessárias à substituição das escolas de taipa, palha, galpões e/ou outros espaços devidamente certificados como inadequados, hoje em funcionamento na Educação Pública do Estado do Maranhão. Os municípios interessados deverão, a título de contrapartida, disponibilizar terrenos adequados à construção do prédio que irá substituir a escola de taipa, palha, galpões e/ou outros espaços devidamente certificados como inadequados, devidamente regularizados e livres de quaisquer ônus.”

Conforme assevera o Comunicado Oficial do Programa Escola Digna, o Município proponente deverá apresentar, em relação aos terrenos:

- a) Certidão de matrícula, ou transcrição do título de aquisição no respectivo Registro de Imóveis, em que figure o Município como proprietário;
- b) Escritura de doação ou de compra e venda em que figure o Município como donatário ou comprador, acompanhada de certidão imobiliária que aponte o doador ou vendedor como proprietário, de declaração do respectivo Prefeito

afirmando, sob as penas da lei, que o Município detém a posse do bem sem interrupção ou oposição e, no caso de compra e venda, de instrumento de quitação;

c) Auto de imissão na posse expedido em ação expropriatória promovida pelo Município;

d) Despacho concessivo de tutela antecipada em ação de usucapião promovida pelo Município;

e) Instrumento em que pessoa jurídica de direito público permita, ceda ou conceda o uso do bem em favor do Município para a finalidade de que trata este Decreto;

f) No caso de imóvel desprovido de registro imobiliário, nos termos de certidão negativa expedida por serviço registral, declaração do respectivo Prefeito afirmando, sob as penas da lei, que o Município detém há pelo menos 15 (quinze) anos, sem interrupção ou oposição, a posse do bem.

No Comunicado supramencionado, fica evidenciado que: a SEDUC não apoiará:

a) Custeio de despesas com manutenção corrente das escolas, como energia elétrica, água, salários, aluguéis, telefone, dentre outros;

b) Pagamentos de dívidas, indenizações de qualquer natureza e pagamento de impostos ou tributos que não sejam inerentes e/ou parte integrante dos projetos realizados;

c) Custos administrativos de manutenção e funcionamento da escola construída, aulas, professores, transporte escolar, fornecimento de merenda e outros necessários ao funcionamento da escola;

d) Reembolso de investimentos;

2.3 Objetivos Iniciais

O programa tem como objetivos específicos:

1. Substituir 60 escolas de taipa, palha, galpões por escolas de alvenaria até 2018, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

2. As 60 construções serão exclusivamente para os municípios de menor IDH;

3. Levantar documentos necessários durante o processo de substituição de 60 Escolas Dignas;

4. Acompanhar a construção das escolas que serão substituídas;
5. Superar a pobreza extrema e desigualdades sociais, contribuindo na melhoria dos indicadores educacionais das escolas públicas do Maranhão;
6. Implementar assessoria técnico-pedagógica, aos municípios que aderiram ao Programa “Escola Digna”;
7. Justificativa O IDHM-E do Maranhão, calculado a partir dos dados censitários de 2010, de baixo desenvolvimento (0,499 a 0,599).
8. Permanece abaixo do indicador do plano nacional (0,637) que é de médio desenvolvimento (0,599 – 0,699).

Tabela 1 - Metas Escola Digna

METAS ESCOLA DIGNA - 60 (+IDH 2)
META 2018
CONSTRUÇÃO DE 60 ESCOLAS (+IDH 2)
CONSTRUIR 60 POÇOS
MOBILIÁRIO PARA 60 ESCOLAS
BIBLIOTECAS PARA 60 ESCOLAS
ATENDER A 3.400 ALUNOS

Fonte: SEDUC (2017)

Pode-se notar quão dinâmicas são traçadas as metas do Programa, uma vez que têm-se o alinhamento de dois principais eixos, que são: o Programa Escola Digna como um todo, que engloba por sua vez a meta estabelecida em específico para um microuniverso que é o Mais IDH.

Tabela 2 – Metas Escola Digna em comparativo (2017 e 2018)

01 – METAS ESCOLA DIGNA	
META 2017	META 2018
CONSTRUIR 55 ESCOLAS (+ IDH 1)	CONSTRUIR 95 ESCOLAS (+ IDH 1)
ATENDER 5. 500 ALUNOS (+ IDH 1)	ATENDER 17.550 ALUNOS (+ IDH 1)

Fonte: SEDUC (2017)

Como neste quadro comparativo, podemos perceber a evolução prevista traçada pela gestão do Programa. Para 2017 almejava-se construir 55 escolas para

atender 5.500 alunos, números vinculados ao Mais IDH 1. Em 2018, por conseguinte, a construção de 95 escolas para o atendimento de 17.550 alunos, também nesta seara.

2.4 Etapas do Projeto

Como fases do processo de consecução do Escola Digna, em seus anos iniciais, regia-se que o projeto estaria subdividido em 8 (oito) etapas didaticamente distribuídas de forma a oferecer condições mais práticas aos executores, em sua maioria ligados à Secretaria de Estado da Educação. Destarte, objetivava-se gerir melhor o tempo e esforços despendidos, de forma a maximizar o potencial do programa e respeitar o princípio da Eficiência da Administração Pública.

Tabela 3 – Etapas (1)

ETAPA	OBJETIVO DA ETAPA	META DA ETAPA	VALOR NECESSÁRIO À SUA EXECUÇÃO
-PROCESSO DE ADESÃO E CADASTRAMENTO DOS MUNICÍPIOS COM MENOR IDH POR MEIO DE CREDENCIAMENTO PRÓPRIO COM TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA ESCOLA DIGNA PARA SUBSTITUIÇÃO DAS ESCOLAS DE TAIPA.	-GARANTIR A ADESÃO DOS 60 MUNICÍPIOS DE MENOR IDH NO PROGRAMA ESCOLA DIGNA.	-ASSINATURA DO TERMO DE ADESÃO DE 100% DOS 60 MUNICÍPIOS.	RECURSO PRÓPRIO
-MAPEAMENTO DOS TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS.	-ANALISAR E VALIDAR TECNICAMENTE AS PROPOSTAS DE ADESÃO.	-VALIDAR EM 100% AS PROPOSTAS DE ADESÃO.	RECURSO PRÓPRIO
-ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS.	-DEFINIR A ESTRUTURA ARQUITETÔNICA DAS ESCOLAS A SEREM SUBSTITUÍDAS.	-DEFINIÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE 100% DAS ESCOLAS A SEREM SUBSTITUÍDAS.	RECURSO

Fonte: SEDUC (2017)

O primeiro passo deveria ser proceder com a adesão e cadastramento dos municípios com menor IDH por meio de credenciamento próprio com termo de adesão ao programa Escola Digna para substituição das escolas de taipa. Objetivava-se, assim, garantir a adesão destes municípios em percentual de 100% (dos 60 mais vulneráveis), mediante o uso de recurso próprio. Posteriormente

proceder-se-ia ao mapeamento dos terrenos para construção das escolas, que caminharia concomitantemente com a elaboração de um projeto de construção das escolas – o qual será apresentado mais à frente – definindo a estrutura arquitetônica das escolas a serem substituídas.

Tabela 4 – Etapas (2)

ETAPA	OBJETIVO DA ETAPA	META DA ETAPA	VALOR NECESSÁRIO À SUA EXECUÇÃO
-MAPEAMENTO SITUACIONAL DAS ESCOLAS.	-Identificar a estrutura administrativo e pedagógicas das escolas de taipa.	-Mapeamento de 100% das escolas.	RECURSO PRÓPRIO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE 60 ESCOLAS DIGNAS PELO BID	SUBSTITUIR ESCOLAS DE TAIPA, PALHOÇA, BARRACOS E OUTROS POR ESCOLA DE ALVENARIA.	SUBSTITUIÇÃO DE 60 ESCOLAS DE TAIPA, PALHOÇA E BARRACOS POR ESCOLA DE ALVENARIA.	R\$ 24.957.209,96
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE 60 POÇOS NAS ESCOLAS PELO BID	CONSTRUIR POÇOS PARA AS ESCOLAS DIGNAS	CONSTRUIR 60 POÇOS PARA AS ESCOLAS DIGNAS	R\$ 8.874.785,40
AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA 60 ESCOLAS DIGNAS	ADQUIRIR MOBILIÁRIO	ADQUIRIR MOBILIÁRIO PARA 60 ESCOLAS DIGNAS	R\$ 3.191.184,74
-AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA BIBLIOTECA	-EQUIPAR AS ESCOLAS COM ESTRUTURA PARA LEITURA.	-EQUIPAR AS 60 ESCOLAS COM ESPAÇOS DE LEITURA.	R\$ 3.600.000,00 (VALOR CORRESPONDENTE AS 60 ESCOLAS).
TOTAL			R\$ 40.623.180,10

Fonte: SEDUC (2017)

Após o mapeamento situacional das escolas, visando identificar a estrutura administrativa e pedagógica, procedeu-se com fases que necessitariam de recursos de terceiros, geralmente empresas parceiras ou convênio firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim sendo, estabeleceu-se para as etapas finais o processo de construção de 60 escolas dignas, bem como 60 poços nas escolas – tendo em vista que a maioria destas eram em áreas de risco social e extrema pobreza, sem possuírem sequer água tratada nos arredores –, bem como aquisição de mobiliários e material para biblioteca, com custo total de R\$ 40.623.180,10.

2.5 Status e Orçamento parciais

Até o ano de 2017, início do Programa, podia se ter uma visão parcial daquilo que se havia articulado para a política pública de construção de escolas dignas. Já se tinha um retrato de que o principal recurso seria, de fato, destinado pelo BNDES, sendo apenas poucas destas construídas com recursos advindos de empresas conveniadas.

Tabela 5 – Orçamento parcial (2017)

Status da intervenção	Fonte de recursos				Total por Status	Observação
	BNDES	Tesouro	Emenda	Empresas		
Inaugurada	3	xx	xx	1	4	
CONCLUÍDA				1	1	QUICK HOUSE aguardando instalação da energia elétrica 120 dias
Em construção	10			1	11	
Parada	22				22	04 obras com dificuldade de acesso devido ao período chuvoso e 18 aguardando limpeza do terreno/ terraplanagem
Em licitação - Fase INTERNA	10				10	Processo na SINFRA (dotação orçamentária/ parecer jurídico/ Elaboração de Edital).
Empresas Parceiras em construção				3	3	Em construção no povoado Bacabal, no município de Fernando Falcão; Aguardando início da construção no povoado Sagrado Coração, no município de Belágua; obras já concluídas no povoado Nazaré, município de Santa Filomena e no povoado de Santa Luzia, no município de Newton Belo.
Elaboração de Projeto	8				8	Em fase de elaboração/montagem de processo. Aguardando atualização de projeto/orçamento para escola de 02, 04 e 06 salas regulares e indígena. Pendente georreferenciamento da Aldeia Macaco.
À contratar	9				9	
Em Distrato	3				3	Obras com desistência das construtoras e inexecução
novos processos	24				24	Chamada pública-2017
TOTAL GERAL:					95	

Fonte: SEDUC (2017)

É possível observar uma significativa quantidade de entraves pelos quais perpassam obras desta magnitude no setor público: desde uma engrenagem burocrática, passando por obras com desistência de construtoras e inexecução (distrato), até necessidade de atualização de projeto orçamentário quando há o mínimo indício de erro ou quando o processo passa por mais de uma Secretaria, como é o caso de ser encaminhado à Secretaria de Infraestrutura (SINFRA), lá havendo uma nova dotação orçamentária, um novo parecer jurídico, dentre outras especificidades processuais.

Tabela 6 - Orçamento parcial (2)

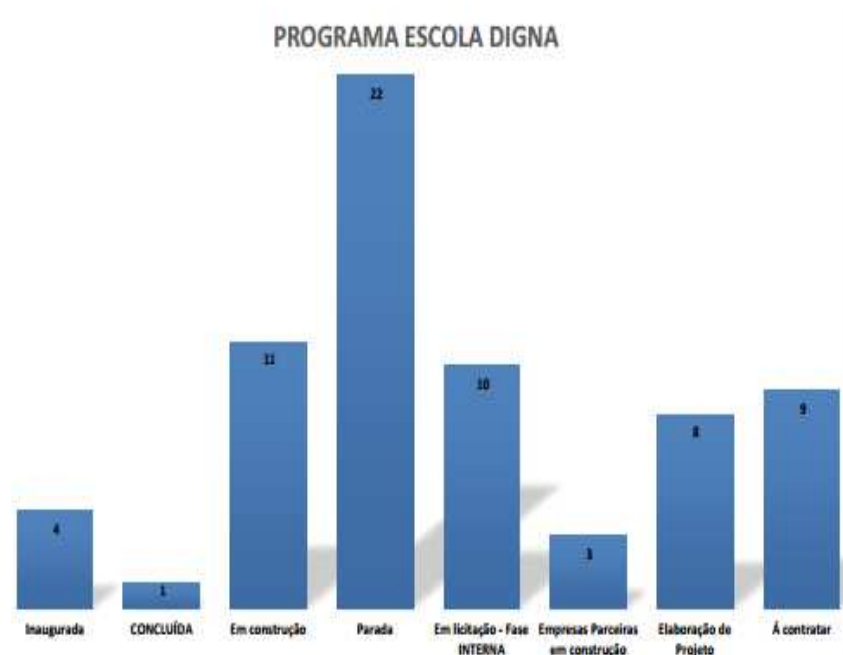
ESCOLAS/ DEMANDAS DE ALUNOS						
ESCOLAS	I Etapa	II Etapa	total de escolas	valor da obra	TOTAL GERAL	DEMANDAS DE ALUNOS
ESCOLAS DE 01 SALA	6	-	6	R\$ 275.751,44	1.654.508,64	300
ESCOLA DE 02 SALA	59	15	74	R\$ 388.595,87	28.756.094,38	11.100
ESCOLA DE 04 SALAS	4	5	9	R\$ 511.351,90	4.602.167,10	2.700
ESCOLAS DE 06 SALAS	2	1	3	R\$ 718.322,88	2.154.968,64	1.350
ESCOLAS DE 08 SALAS	-	2	2	R\$ 967.588,48	1.935.176,96	1.200
ESCOLAS DE 10 SALAS	-	-	-	R\$ 1.243.346,75	-	-
ESCOLA DE 12 SALAS	-	1	1	R\$ 1.386.923,87	R\$ 1.386.923,87	900
TOTAL GERAL	71	24	95	R\$ 5.491.881,19	40.489.839,59	17.550

Fonte: SEDUC (2017)

Em se tratando da relação Escola *versus* Demanda, nota-se um importante mecanismo de gestão da política pública no que diz respeito ao orçamento e às finanças públicas, que devem estar alinhadas ao princípio da Eficiência, bem como respeitar todo um vasto processo licitatório – regido pela Lei 8.666 de 1994 – que assevera o equilíbrio relacional entre a melhor qualidade contrastada pelo menor preço. Ou seja, na ciência de que o custo de cada escola é, via de regra, o mesmo, pode-se gerir um cronograma de execução visando o atingimento das metas e objetivos estratégicos oriundos de uma análise de demanda, uma vez que também se conheçam os números de alunos da rede de ensino naquela determinada região a ser contemplada pela política.

Como no quadro supramencionado, é imperativo avaliar sob uma ótica inicial que foram construídas 74 escolas – Etapas I e II – de 02 (duas) salas, perfazendo um valor total de R\$ 28.756.094,38. Destarte, foi possível abranger uma demanda de mais de 11 mil alunos espalhados por todo o Maranhão, enquanto as maiores plantas arquitetônicas do programa, de 12 (doze) salas, ainda que com custo mais elevado, podem atender até 900 alunos em três turnos, mesmo que só tendo sido construída uma unidade.

Gráfico 1 – Resumo entregas



Fonte: SEDUC (2017)

Um panorama geral facilita a contextualização da relevância desta política pública educacional no âmbito do Estado e as dificuldades naturalmente inerentes à consecução de um programa deste escopo: haviam 22 escolas paradas, em contraste com apenas 4 escolas inauguradas e 1 concluída. Do número total, 11 estavam em fase de construção e outras 10 em fase interna de licitação. É cabível notar uma clara fase de adaptação do Governo do Estado com a política pública traçada, em que toda uma gama de funcionários precisa se habituar à rotina que lhes foi designada para execução do que viria a ser o maior programa do atual Governador, Flávio Dino.

2.6 Alfabetização nos 30 piores IDH's

Uma das questões mais cruciais abordadas no escopo programático é justamente acerca da melhoria dos índices educacionais do Estado, cuja preocupação consiste em certificar-se de que, de fato, a substituição de escolas de taipa por escolas de alvenaria estaria influenciando diretamente no desempenho dos alunos da rede pública estadual de ensino.

Tabela 7 – Piores IDH's (1 a 15)

ORD	MUNICÍPIO	IDH 210	PBA E SEP	ASSESSORIA TÉCNICA
1	FERNANDO FALCÃO	0,443	PBA	SIM
2	MARAJÁ DO SENA	0,452	PBA	SIM
3	JENIPAPO DOS VIEIRAS	0,490	SEP	SIM
4	SATUBINHA	0,493	PBA	SIM
5	ÁGUA DOCE DO MA	0,500	SEP	SIM
6	LAGOA GRANDE DO MA	0,502	PBA	SIM
7	SÃO JOÃO DO CARÚ	0,509	SEP	SIM
8	SANTANA DO MA	0,510	SEP	SIM
9	ARAME	0,512	PBA	SIM
10	BELÁGUA	0,512	PBA	SIM
11	CONCEIÇÃO DO LAGO AÇU	0,512	PBA	SIM
12	PRIMEIRA CRUZ	0,512	PBA	SIM
13	ALDEIAS ALTAS	0,513	SEP	SIM
14	PEDRO DO ROSÁRIO	0,516	PBA	SIM
15	SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	0,516	SEP	SIM

Fonte: SEDUC (2018)

No que diz respeito aos 30 municípios do Plano Mais IDH, planejou-se prestar também uma assessoria técnico-pedagógica para subsidiar o corpo docente e administrativo com capacitação direcionada a moldar a configuração de ensino desses locais de acordo com um eixo central que busca alinhar as instituições na busca pela efetiva melhoria dos índices educacionais.

Segundo a SEDUC (2018, não paginado)

[...] o desenvolvimento de um processo educativo de qualidade passa pela elaboração de uma política de educação construída de maneira coletiva, a fim de apontar, estrategicamente, ações que desencadeiem a melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem. Assim, compreendemos que assumir a educação como uma política pública de estado é um processo que se constitui intersetorialmente em articulação com os diversos setores da SEDUC de modo a promover ações educacionais que envolvam dimensões diversas, abrangentes para a formação dos indivíduos, para qualificação dos espaços escolares, a fim de orientar as atividades pedagógicas e curriculares.

Tabela 8 - Piores IDH's (15 a 30)

ORD	MUNICÍPIO	IDH 210	PBA E SEP	ASSESSORIA TÉCNICA
15	SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	0,516	SEP	SIM
16	SÃO ROBERTO	0,516	PBA	SIM
17	SÃO JOÃO DO SÓTER	0,517	SEP	SIM
18	CENTRO NOVO DO MA	0,518	PBA	SIM
19	ITAIPAUA DO GRAJAÚ	0,518	SEP	SIM
20	SANTO AMARO DO MA	0,518	PBA	SIM
21	BREJO DE AREIA	0,519	PBA	SIM
22	SERRANO DO MA	0,519	PBA	SIM
23	AMAPÁ DO MA	0,520	PBA	SIM
24	ARAIOSES	0,521	PBA	SIM
25	GOV. NEWTON BELLO	0,521	SEP	SIM
26	CAJARI	0,523	PBA	SIM
27	SANTA FILOMENA	0,525	PBA	SIM
28	MILAGRES DO MA	0,527	PBA	SIM
29	SÃO FRANCISCO DO MA	0,528	PBA	SIM
30	AFONSO CUNHA	0,529	PBA	SIM

Fonte: SEDUC (2018)

2.7 Modelo Arquitetônico

2.7.1 Modelo 02 salas

No tocante ao modelo pretendido, a Secretaria de Estado da Educação buscou referenciar-se em plantas arquitetônicas que agregassem atributos como conforto e bem-estar, sem perder de vista a simplicidade que confere um baixo custo e boa qualidade estrutural. Como seguem, há os projetos que contemplam a fachada frontal e o programa arquitetônico que se buscou atingir.

Imagem 3 – Modelo 02 salas



Fonte: SEDUC (2018)

É importante ressaltar que, conforme relatado pela Assessoria do Programa Escola Digna, o que se almejava no início do projeto era que fosse possível transmitir aos alunos, professores e funcionários o sentimento de posse, ou seja, a certeza de que aquele espaço foi destinado à especificidade daquela comunidade e pensado conforme suas necessidades, não deixando de lado, sobretudo, o objetivo central do Governo do Estado, que seria de melhorar efetivamente a educação mediante a substituição de equipamentos em condição de decrepitude por outros potencialmente melhores.

Imagem 4 – Programa Arquitetônico 02 salas

MODELO ESCOLA 02 SALAS		
		
<p>PROGRAMA ARQUITETÔNICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 02 SALAS DE AULA (CAPACIDADE 25 ALUNOS CADA); ▪ SECRETARIA; ▪ HORTA; ▪ BANHEIROS FEM./MASC.; ▪ BANHEIROS PcD FEM./MASC.; ▪ COZINHA + DEPÓSITO E CIRCULAÇÃO; ▪ PÁTIO CENTRAL. 	MODELO ESCOLA 02 SALAS	
	TERRENO (DIMENSÕES MÍN.)	35m x 30m
	ÁREA CONSTRUIDA	216,00 m ²
	DEMANDA ATENDIDA	50 alunos por turno
	TERRENO	
	35m	
	<div style="border: 1px solid red; padding: 5px; display: inline-block;"> TERRENO A=1.050 m² </div>	
30 m		

Fonte: SEDUC (2018)

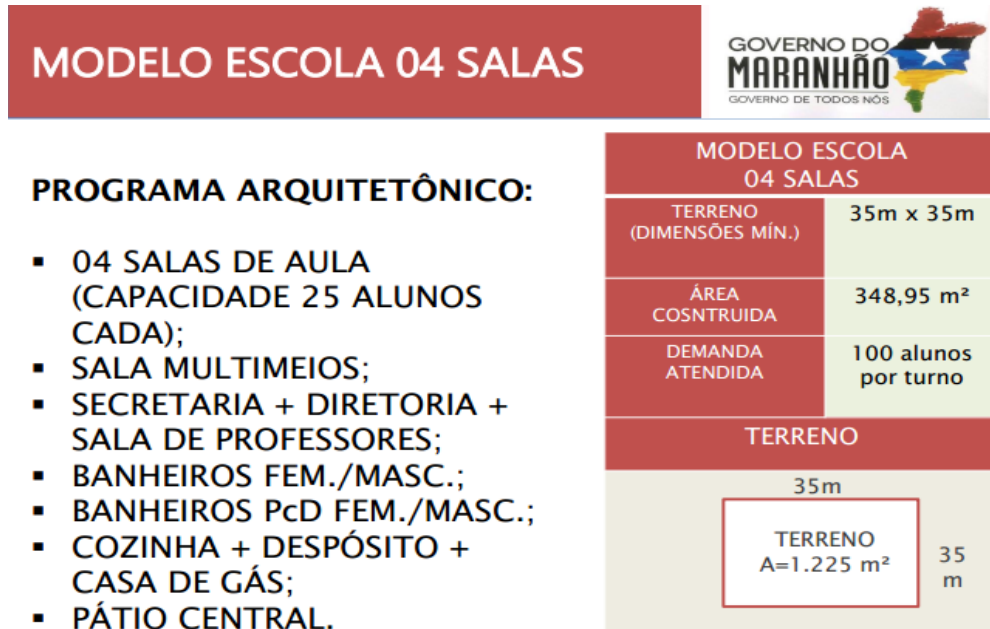
Conforme esboçado por seus gestores, o Programa Escola Digna trouxe em seu arcabouço um modelo arquitetônico que comportasse satisfatoriamente as necessidades demandadas pela comunidade estudantil de cada local. Este era composto, no caso acima, de:

- 02 salas de aula;
- Secretaria;
- Horta;
- Banheiros;
- Cozinha + Depósito e circulação;
- Pátio Central;

As dimensões mínimas do terreno deveriam girar em torno de 30m x 35m (1.050m²), com 216m² de área construída que atendessem a uma quantidade de 50 alunos por turno, ou seja, 150 alunos caso se desejasse usar os três turnos de aula.

2.7.2 Modelo 04 salas

Imagem 5 – Programa arquitetônico 04 salas



Fonte: SEDUC (2018)

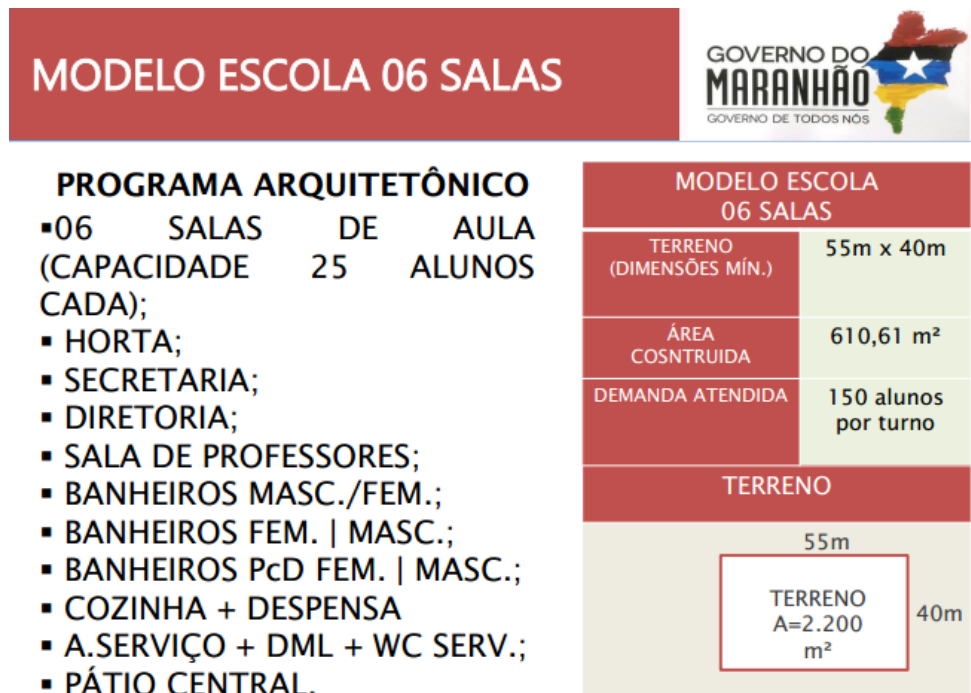
No modelo esboçado para a necessidade de 04 (quatro) salas, têm-se determinadas mudanças estruturais, tais como a adição de sala de professores e Direção. Este era composto, no caso acima, de:

- 04 salas de aula;
- Sala Multimeios;
- Secretaria + Diretoria + Sala de Professores;
- Banheiros;
- Cozinha + Depósito + Casa de Gás;
- Pátio Central;

As dimensões mínimas do terreno deveriam girar em torno de 35m x 35m (1.225m²), com 348,95m² de área construída que atendessem a uma quantidade de 100 alunos por turno, ou seja, 300 alunos caso se desejasse usar os três turnos de aula.

2.7.3 Modelo 06 salas

Imagem 6 - Programa Arquitetônico 06 salas



Fonte: SEDUC (2018)

Já no caso em que haja necessidade de 06 (seis) salas, o programa arquitetônico traz em seu escopo uma estrutura que atenda à demanda de 150 alunos por turno, conforme aquilo constatado pela equipe acerca do município. Este era composto, no caso acima, de:

- 06 salas de aula;
- Horta;
- Secretaria + Diretoria + Sala de Professores;
- Banheiros;
- Cozinha + Despensa e Área de Serviço;
- Pátio Central;

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A avaliação da política pública é a fase em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes (SILVA; SILVA, 2016). A avaliação compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (performances standards). O ciclo de política pública tem um fim no momento da sua morte ou extinção. Entretanto, algumas políticas públicas continuam vivas ou são substituídas por outras. As políticas do tipo redistributivo (por exemplo: décimo terceiro salário) são difíceis de serem extintas, como também as políticas do tipo distributivo (SECCHI, 2013).

Inúmeros estudos subsidiam as políticas públicas na atualidade, situando sua avaliação em diversas áreas de estudo, como seguem, de acordo com Silva e Silva (2016):

Quadro 1 – Contribuições acadêmicas sobre o tema avaliação de políticas públicas

Autor	Tipo de Comunicação	Programa/área de conhecimento	Tema
Nobre (2010)	Tese	Saúde Pública	Prestação de contas de gestão municipal de saúde.
Melo (2010)	Tese	Ciência Política	Corrupção e políticas públicas
Diniz (2012)	Tese	Ciências Contábeis	Transferências intergovernamentais para a educação fundamental.
Borges (2007)	Dissertação	Administração	Construção de índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto
Silva (2009)	Dissertação	Economia	Finanças públicas antes e depois da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
Anjos (2010)	Dissertação	Administração	Investimento em saúde e desenvolvimento dos estados brasileiros.
Valdevino <i>et al.</i> (2010)	Artigo	Saúde Pública	Relação de endemias e serviços de saneamento básico.
Silva, Silva e Borges (2015)	Artigo	Contabilidade Pública	Avaliação da execução orçamentária por funções de governo em municípios com a utilização de índices de desempenho.
Cardoso e Ribeiro (2015)	Artigo	Economia Pública	Elaboração de índice relativo de qualidade de vida para os municípios de Minas Gerais.

Fonte: Silva e Silva (2016)

Segundo Almeida e de Paula (2014), com o processo de redemocratização do país, em meados dos anos 1980, um movimento em prol da

descentralização política e administrativa começou a ganhar corpo na agenda política do Brasil. Desde então, a questão relacionada ao poder dos governos locais vem crescendo junto às transformações sociais ligadas às novas relações entre Estado e sociedade.

Observa-se que o presente estudo visa tratar primordialmente de uma política pública educacional, sendo esta subárea a avaliação do Programa Escola Digna. Para Souza (2016), a escola tem sido uma instituição de controle social, na medida em que pode estar a serviço do modelo de sociedade assentada em profundas desigualdades, de acordo com o pensamento daqueles que vêem a escola como reprodutora da ordem socioeconômica e cuja função é ajustar os indivíduos ao modelo civilizatório dirigido pelos dominantes e prepará-los para desempenhar papéis sociais predefinidos.

No que concerne ao programa, sua gestão e consecução é feita pelo Poder Público Estadual, tendo como corresponsáveis as prefeituras municipais, estas com a premissa básica de acompanharem o desempenho dos serviços e, a posteriori, manterem e cuidarem dos espaços construídos ou revitalizados. Segundo Santos e Lima (2014, não paginado):

Em relação às políticas educacionais, mais especificamente, Oliveira et al. (2011) destacam as medidas de descentralização da educação, que têm como importante marco a Constituição Federal de 1988, quando os Municípios passam a entes da Federação, com autonomia política.

A descentralização administrativa, financeira e pedagógica, tanto dos recursos quanto das responsabilidades, pode ser interpretada como um dos grandes eixos da reforma que se realizou na educação brasileira, resultando em transferência de responsabilidade dos órgãos centrais para os locais, em novos modelos de gestão do ensino público, mais flexíveis que, ao mesmo tempo em que atribuíram maior autonomia à unidade escolar, passaram a exigir da escola novos papéis (OLIVEIRA et al., 2011). Porquanto ação estratégica estadual, com apoio prestado pelos municípios, tal política se dá de forma a contemplar peculiaridades existentes nas bases mais primordiais das regiões beneficiadas.

O termo “política”, no inglês, “politics”, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou

produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados com as decisões públicas (RUA, 2009).

As políticas públicas para Guba e Lincoln (2011), são as ações realizadas, predominantemente e direta ou indiretamente pelo Estado para atender a demanda dos diferentes grupos sociais, seja beneficiando alguns ou prejudicando outros.

Para que uma política pública atenda às demandas por desenvolvimento (no sentido lato deste conceito) é fundamental a participação de todos os envolvidos nos processos decisórios: assumimos aqui o necessário caráter eminentemente democrático da formulação das políticas públicas. Na relação dinâmica entre poder público e políticas públicas condicionando suas ações (ainda que por ele construído em tempos diversos) há que se considerar que a validade de qualquer política pública reside no atendimento das demandas da sociedade (SOCZEK, 2013).

O conceito de políticas públicas não está isento de controvérsias que revelam visões de mundo diferenciadas e, em alguns casos, opostas. A política pública pode ser compreendida como um campo de investigação que nasce da ciência política, como seriam as investigações em torno do estudo de governos, administração pública, relações internacionais e comportamento político (MELAZZO, 2010 apud SILVA E SILVA, 2016).

Dias e Matos (2012) esclarecem que de forma sucinta as políticas públicas tratam da gestão dos problemas e das demandas coletivas através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de se atingir os objetivos e metas predefinidos.

Segundo Secchi (2013), qualquer definição de política pública é arbitrária. O autor afirma que política pública é um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados (projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, decisões judiciais, gasto público direto, contratos formais) e que a forma mais didática de esclarecer um conceito é utilizar exemplos. Assim, são exemplos de operacionalizações de políticas públicas nas diversas áreas de intervenção: saúde; educação; segurança, gestão; meio ambiente; saneamento; habitação; previdência social etc. (SECCHI, 2013).

Segundo Dias e Matos (2012) não há um consenso sobre o número de fases ou estágios. Em pesquisa realizada com quatorze autores, as fases variam

entre quatro etapas básicas, chegando a setes fases ou estágios. As fases mais abordadas foram: identificação de um problema; formulação de soluções; tomada de decisões; implementação e avaliação. Já Secchi (2013, p. não paginado) esclarece que o ciclo das políticas públicas apresenta as seguintes fases:

- 1) identificação do problema (discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível);
- 2) formação da agenda (conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes);
- 3) formulação de alternativas (momento em que são elaborados os métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos);
- 4) tomada de decisão (momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas);
- 5) implementação (momento em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações);
- 6) avaliação (processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública);
- 7) extinção (quando as políticas públicas morrem, continuam vivas ou são substituídas por outras).

O agravamento da situação social, sob os mais diversos ângulos, impõe ao Estado implementação de políticas públicas para manter uma relativa estabilidade no plano societário, cooperando, ainda, para a continuidade e expansão do modo capitalista de produção (FRONZA; NOGUEIRA, 2015).

Arretche (1998 apud FRONZA; NOGUEIRA, 2017) afirma que a avaliação de políticas públicas é compreendida como o ato de aferir se as ações públicas atendem aos objetivos predefinidos, apresentam resultados e obtêm os impactos esperados.

No final do século XX, com o aprofundamento da crise do welfare state, com as convulsões econômicas, sociais e políticas enfrentadas, principalmente a partir do final da década de 1970, junto com o movimento da nova administração

pública, o Estado é fortemente questionado tanto em suas funções quanto na real eficácia de suas ações interventoras na realidade social. Aceitando-se que a compreensão do sucesso e do fracasso das políticas públicas é fundamental para o melhor desempenho da administração pública, passa-se a algumas considerações sobre o “Estado em ação” (TREVISAN; VAN BALLEEN, 2008).

Nesses estudos dispersos, a ênfase recaiu ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas (TREVISAN; VAN BALLEEN, 2008).

O alto executivo governamental é, por definição, uma pessoa de ação. Dirigir uma instituição, um programa, um processo é algo que só se faz mediante ações de diversas naturezas: declarações, convocações, articulações, emissão de atos normativos, atribuição de responsabilidades, alocação de recursos, formalização de decisões (processos administrativos, contratos, convênios, acordos), entre outras. O exercício de direção exige um incessante processo de deliberação e decisão (GARCIA, 2015).

Segundo Cavalcanti (2017), A avaliação, de um modo geral, tem sido definida como instrumento imprescindível para o conhecimento da viabilidade de programas e projetos, para o redirecionamento de seus objetivos, quando necessário, ou mesmo para a reformulação de suas propostas e atividades. Nesse sentido, a avaliação se revela como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas, pois possibilita conhecer o que está acontecendo e atuar sobre os fatos de forma a realizar ajustes necessários, economizando-se dessa forma tempo e recursos, o que eleva a credibilidade das ações públicas.

Ainda segundo Cavalcanti (2007), as necessidades de avaliação em políticas públicas estão, em geral, associadas aos problemas que são verificados no processo de implementação de seus programas, pois dificilmente esses programas atingem os objetivos e metas propostas e, mais ainda, raramente são implementados de acordo com seu desenho original e com as estratégias traçadas por seus formuladores.

Para Souza (2003), os ideólogos neoliberais defendem o Estado mínimo, enxuto, com gastos reduzidos. Os direitos historicamente conquistados, como saúde e educação, passam a ser tratados como mercadorias, que devem ser adquiridas no

mercado, como qualquer outra, e não devem ter regulação alguma, além do mercado, que é considerado a matriz de toda a riqueza. A intervenção da autoridade pública nas relações econômicas é considerada como intrusão indevida e cerceadora. A proposta neoliberal para o Estado é marcada por uma ideia reguladora: a da privatização; baseada na defesa da competência, na eficiência da iniciativa privada e na sua superioridade em relação às ações públicas, coletivas. Daí a necessidade premente de que o Estado aja conforme o bem-estar público, na consecução de ações como o Programa Escola Digna, que viabilizem educação de qualidade nos municípios maranhenses, sem eximir-se da responsabilidade que deve ser prioritariamente estatal.

Ainda segundo Souza (2009), A Constituição Federal no seu artigo 37, quando estabelece a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência como seus princípios, institui a participação do usuário na administração pública direta e indireta, tornando um direito as reclamações sobre a prestação de serviços, e o acesso a informações de atos do governo. No capítulo VII, específico sobre a administração pública, abriu-se formalmente a participação da sociedade nas políticas sociais e na avaliação de desempenho. Isso desloca a responsabilidade de avaliação, que deixa de ser exclusiva do Estado, passando à população a possibilidade de acompanhar e monitorar a política pública.

É por meio das políticas públicas que se decide “[...] quem recebe o quê, quando e como” (LASWELL, 1936). No entanto, é preciso enfatizar que as políticas públicas sofrem modificações decorrentes das alterações ocorridas nas relações de força entre sociedade civil e Estado, isto é, durante a progressiva consolidação da democracia no país. Mediante as reivindicações da sociedade civil organizada, o governante pode se ver premido a priorizar políticas no interesse social e não simplesmente no interesse dos detentores do poder econômico vinculado às elites do país e à classe política (NANNI; FILHO, 2016).

Como assevera Oliveira (2010, p. 97), “[...] a educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas”. Pode-se dizer, então, que as políticas públicas educacionais dizem respeito às ações ou inações do Estado, ou seja, prioridades de ação que venham a incidir no ambiente onde ocorre a educação formal com o objetivo de melhorar o ensino-aprendizagem, através de ações como: planos educacionais, programas de formação docente, construção de prédios adequados, contratação de profissionais

qualificados, programas de gestores escolares, planos de valorização do magistério, entre outras (NANNI; FILHO, 2016).

Para Souza (2009), vivemos um momento histórico em que o pêndulo da descentralização passa a prevalecer sobre o da centralização, predominante nas últimas décadas. Isto, porém, não significa que naquele período não tenha havido tentativas de descentralização. A diferença é que, na situação presente, busca-se uma descentralização democrática e participativa, o que não ocorreu anteriormente, como por exemplo, as estratégias de municipalização da educação. O Programa Escola Digna tem atuado neste sentido, transferindo para os municípios a competência de manutenção e gestão dos espaços revitalizados ou construídos por iniciativa do Governo do Estado por meio da Secretaria de Educação.

Para Vieira, Moraes e Vieira (2013), é importante a avaliação das estratégias, planos e programas implantados no sistema educacional com a finalidade de aperfeiçoar, corrigir, desenvolver, adicionar novas metodologias e tomar decisões. Uma avaliação construtiva proporciona estas oportunidades para desenharmos um sistema público educacional de qualidade, de acordo com nossas demandas e realidades.

De acordo com Ferreira e Nogueira (2015, não paginado),

Espera-se da escola pública que ela seja para todos e de qualidade. Para alcançar estes objetivos, ou seja, uma escola comum que efetivamente cumpra com os objetivos propostos na Constituição Federal (Art. 205 - visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho), políticas públicas são lançadas, como forma de fazer com que o comando legal atinja o seu objetivo. Assim, numa análise preliminar, política pública na área educacional nada mais é do que a ponte que liga as determinações e objetivos legais com a realidade local. Por conseguinte, tais políticas têm uma ligação direta com a escola, posto que esta é o locus onde a realidade que necessita ser atingida se apresenta. Logo, toda escola sofre os reflexos advindos das políticas públicas educacionais, quer direta ou indiretamente.

É preciso considerar, ainda, que as medidas governamentais atendem a focos específicos de problemas detectados em movimentos políticos e sociais cada vez mais complexos, tendo em vista a pluralidade de demandas dos mais diferentes segmentos. As ações políticas, entretanto, geram um embate decisório entre dois eixos – propostas comuns e soluções diversas – tendo em vista que o encaminhamento do segundo eixo fica por conta das possibilidades institucionais de

governos nacionais/regionais/locais, cujas estratégias (e potencialidades econômicas e políticas) são distintas (MARTINS, 2013).

Para Trevisan e Van Bellen (2008, não paginado), temos que:

O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE assinala que o propósito da avaliação é determinar a pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. A avaliação deve proporcionar informação que seja crível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão.

Portanto, de acordo com Cavalcanti (2007), há três dimensões relacionadas ao conceito de avaliação, as quais seriam:

Quadro 2 – Dimensões da Avaliação

Dimensões relacionadas ao conceito de avaliação	
Decisional	Elaboração de critérios e processo de tomada de decisão levando em conta o diagnóstico da realidade e a capacidade das alternativas existentes para superar os problemas detectados
Racional	Otimização da decisão e dos recursos disponíveis através da utilização de critérios de eficiência, eficácia e efetividade
Integradora	Visão linear de planejamento

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Cavalcanti (2007).

Cavalcanti ressalta ainda que as políticas públicas, ao serem operacionalizadas através de programas ou projetos, resultam de um processo de planejamento, através do ciclo de intervenção social, que é constituído pelas seguintes etapas: formulação, implementação e avaliação. (APUD FRONZA E NOGUEIRA, 2015).

4 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia utilizada para a avaliação do Programa Escola Digna como mecanismo de estado para sanar problemas educacionais existentes no Maranhão. Considerou-se a tipificação e os elementos de coleta e análise de dados que melhor tiveram aderência aos objetivos da pesquisa.

4.1 Tipo de Pesquisa

Conforme Vergara (2007) existem vários tipos de pesquisa, com diferentes taxionomias. Outrossim, a autora classifica-as em diversos tipos: Quanto a sua finalidade, a forma de abordagem, quanto aos objetivos e aos procedimentos técnicos.

O presente trabalho usou, quanto à abordagem da pesquisa, o método misto. Segundo Creswell (2003), abordagem mista é quando dados qualitativos e quantitativos são coletados e analisados para estudar um fenômeno num único trabalho. Segundo este autor, as tendências inerentes a um dos métodos, qualitativo ou quantitativo, podem neutralizar as tendências do outro método.

Quanto aos objetos, foi utilizado o método descritivo. Para Gil (2002), as pesquisas descritivas têm o propósito principal de descrever um fenômeno/população, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

O procedimento técnico de uma pesquisa é um plano para coletar e analisar evidências, que torna possível a um pesquisador responder quaisquer que sejam as questões propostas numa pesquisa (YIN, 2009). O procedimento utilizado nesta pesquisa foi a abordagem de estudo de caso.

Quanto a sua finalidade, o presente estudo abrange a pesquisa básica ou fundamental. Segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa básica deve ser provocado por curiosidade do pesquisador e seus achados devem ser declarados para todos, possibilitando assim a transmissão e debate do conhecimento.

4.2 Coleta de Dados

As técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 2001). A coleta foi feita mediante o uso de documentos de domínio público em geral, solicitados à Assessoria do Programa Escola Digna, setor da Secretaria de Estado da Educação responsável pela política pública.

4.3 Tratamento dos Dados

O presente trabalho teve por técnicas de tratamento de dados o uso de tabelas e gráficos – quando do tratamento de análise quantitativa – e análise documental – em se tratando de análise qualitativa.

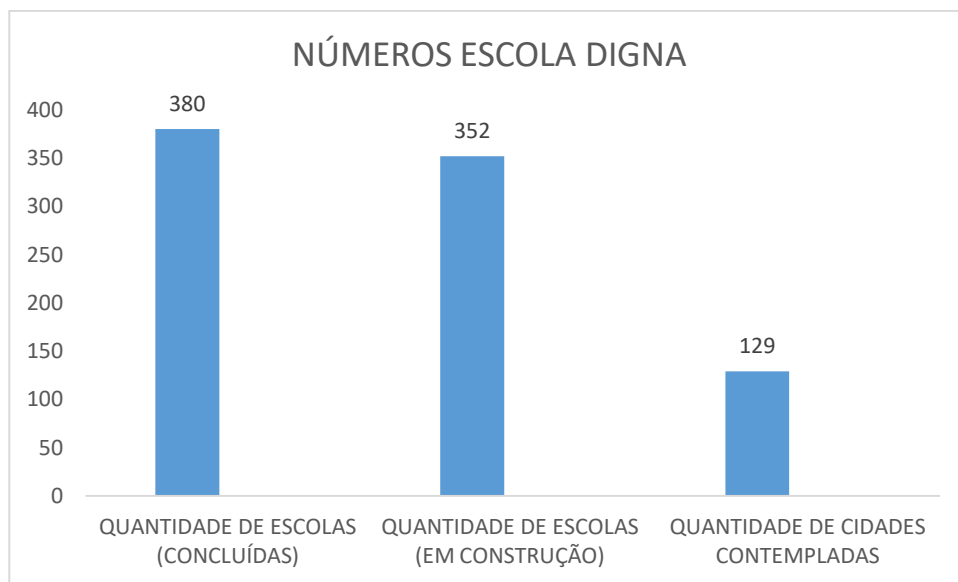
4.4 Análise de Dados

A análise foi realizada conforme indicações dos autores dos métodos utilizados na coleta de dados. A partir desse momento, realizou-se uma correlação com os resultados obtidos visando identificar resultados palpáveis de melhorias efetivas na educação pública pelo advento do Programa Escola Digna.

5 RESULTADOS

Avaliando esta política pública sob a égide de critérios quanti-qualitativos, é possível visualizar que o Programa Escola Digna possui uma importância colossal no que tange à realidade educacional do Estado do Maranhão e, quando colocado em análise os resultados que o Programa vem gerando pode-se ter dimensão da musculatura que este adquiriu e vem adquirindo neste tempo. Em números atualizados, temos que:

Gráfico 2 – Números Escola Digna



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

O procedimento para adesão do Programa é a assinatura do Termo de Adesão do Programa e entrega de todos os documentos necessários para solicitação de substituição de escolas precárias (por meio de ofício ao Secretário). Os documentos estão disponíveis na página da SEDUC, na aba do Programa Escola Digna, e estão constantes nos apêndices deste trabalho.

5.1 Amostragem de Escolas Inauguradas

Sobre o planejamento e logística usados, há cronograma de execução, monitoramento e avaliação por meio de planilhas atualizadas semanalmente de todas as escolas segundo os seus status e por meio de relatórios fotográficos das

escolas em construção. Segundo a SEDUC, a previsão de término e expectativa ao final do programa é de que a fase de execução era de 2015 a 2018, mas será estendido até 2022.

Tabela 9 – Amostragem Escolas Inauguradas

Seq	REGIONAL	MUNICÍPIO	POVOADOS/ ASSENTAMENTOS/ ALDEIA INDÍGENA	SALAS	ESCOLA	DEMANDA DE ALUNOS	NÚMERO DE RESIDÊNCIAS	CONSTRUTORA	DATA PREVISTA DE ENTREGA	NECESSIDADE E DE POÇO	DATA DE ENTREGA PREVISTA DO POÇO	STATUS DO POÇO	STATUS REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	STATUS LIGAÇÃO DO POÇO	SOL. LIG. ELÉTRICA	STATUS DA LIG. ELÉTRICA	MOBILIÁRIO	STATUS INAUGURAÇÃO
1	BALSAS	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	MURIÇOCA	2	ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALVARES CABRAL	54	7	PARCERA- AGROSERRA	10/06/2016	NÃO NECESSITA	X	X			LIGADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA DIA 15.07.2016 AS 15 H
2	CAXIAS	SÃO JOÃO DO SÓTER	POV. JENPAPEIRO	2	EM JOÃO BATISTA	31	9	J. MENEZES CONSTRUÇÕES LTD.	24/02/2017	NECESSITA- SEDES	10/02/2017	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO		LIGADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA DIA 15.03.2017 AS 16 H
3	PINHEIRO	TURBAÇU	POV. BANANAL	2	EM BATISTA AMORIM	54	37	PAVIRROL ENGENHARIA	23/02/2017	NECESSITA- SEDES	23/02/17	EXECUÇÃO	JÁ PRONTA FALTA 2 BOMBAS		SOLICITAD O	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA DIA 21.03.2017 AS 16 H
4	PRES. DUTRA	SANTA FILOMENA	BIÉ II	2	EM PEROLINA DE OLIVEIRA BANDEIRA	29	77	PLANEJAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	17/02/2017	NÃO NECESSITA	X	X	NÃO POSSUI		SOLICITAD O	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA EM 27/03/2017 AS 11:00
5	PRESIDENTE DUTRA	SANTA FILOMENA	POV. NAZARÉ	6	EM VEREADOR ÓRACIO ELEOTÉRIO EDUARDO	240	376	PARCERA- PARABA GÁS NATURALJENEVA	10/02/2017	NÃO NECESSITA	X	X	POSSUI		SOLICITAD O	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA EM 27/03/2017 AS 13:00
6	TIMON	PARNARAMA	POV. BONITÃO	2	EM SÃO FRANCISCO	40	48	PLANEJAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	17/02/2017	NECESSITA- SINFRA	X	CONCLUÍDO	NÃO POSSUI		LIGADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA EM 27/03/2017 AS 16:20
7	PRES. DUTRA	SANTA FILOMENA	ENGARANAGROTA DO LAJE	2	EM TONIELSON	32	74	PLANEJAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	17/02/2017	NÃO NECESSITA	X	X	POSSUI		SOLICITAD O	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA EM 27/03/2017 AS 9:30
8	AÇAILÂNDIA	BURITICUPU	VILA CIKELÂNDIA	2	EM CIKELÂDIA	76	35	J. MENEZES CONSTRUÇÕES	CONCLUÍDA	NÃO NECESSITA	X	X	NÃO POSSUI- FASE DE LICITAÇÃO INTERNA PARA A REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO		SOLICITAD O	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA EM 12/05/2017

Fonte: SEDUC (2018)

No recorte da planilha acima, é notório observar que esta possui informações acerca da Unidade Regional contemplada em questão, o município – e povoados, assentamentos – em que esta se encontra, o número de salas da escola inaugurada, o nome da escola substituída, a demanda de alunos, a quantidade de residências do povoado, a construtora conveniada, dentre outros atributos de relevância que dizem respeito à consecução do programa com eficácia.

Tabela 10 - Amostragem Escolas (2)

ORÇ.	REGIONAL	MUNICÍPIO	POVOADOS/ASSENTAMENTOS/ALDEIA INDÍGENA	SALAS	ESCOLA	DEMANDA DE ALUNOS	NÚMERO DE RESENDEIA	CONSTRUTORA	DATA PREVISTA DE ENTREGA	NECESSIDADE DE POÇO	DATA DE ENTREGA PREVISTA DO POÇO	STATUS DO POÇO	STATUS REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	STATUS LIGAÇÃO DO POÇO	SOL. LIG. ELÉTRICA	STATUS DA REDE ELÉTRICA	MOBILIÁRIO	STATUS INAUGURAÇÃO
9	AÇAILÂNDIA	BURITICUPU	VILA PARAFUSO	2	EM AMARO ALVES	74	40	J. MENEZES CONSTRUÇÕES	CONCLUÍDA	NÃO NECESSITA	X	X	NÃO POSSUI-FASE DE LICITAÇÃO INTERNA PARA A REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO		SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA EM 12/05/2017
10	ROSÁRIO	BARRERINHAS	POV. MANGAS	4	UE BON PASTOR	125	100	CONST. MC CORREA	10/05/2017	NECESSITA-SEDES	10/05/2017	PERFURADO SEDES	NÃO POSSUI-CONCLUSÃO DA OBRA EM 20/02/2016		SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA DIA 22.05.2017 AS 16 H
11	ROSÁRIO	BARRERINHAS	POV. SÃO JOSÉ DOS VIÚVOS	4	UE EPITÁCIO CAFETEIRA	83	120	CONST. MC CORREA	10/05/2017	NECESSITA-SEDES	10/05/2017	PERFURADO SEDES	NÃO POSSUI-CONCLUSÃO DA OBRA EM 20/02/2017		SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA DIA 22.05.2017 AS 16 H
12	CODÓ	PERITORÓ	POV SANTA MARIA	2	EM GONÇALVES DIAS	15	19	J. MENEZES CONSTRUÇÕES LTDA.	10/05/2017	NECESSITA-CAEMA	10/04/2017	CONCLUÍDO	NOVO PROCESSO LICITATÓRIO-CONCLUSÃO 03/10		SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA EM 19.08.2017 AS 15H
13	CODÓ	PERITORÓ	POV. BACURI	2	EM JUAREZ NUNES	20	62	J. MENEZES CONSTRUÇÕES LTDA.	10/05/2017	NECESSITA-CAEMA	30/03/2017	CONCLUÍDO	NOVO PROCESSO LICITATÓRIO-CONCLUSÃO 03/10		SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA EM 19.08.2017 AS 16H
14	CAXIAS	ALDEIAS ALTAS	POV. LARANJEIRAS	2	EM ANTÔNIO GONÇALVES DIAS	110	43	PLANEJAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	CONCLUÍDA-FALTA DETALHES	NÃO NECESSITA	X	X	FASE INTERNA DE LICITAÇÃO PARA INÍCIO DO TRABALHO		SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA 24.06.2017
15	CAXIAS	ALDEIAS ALTAS	POV. PÉ DO MORRO	2	ESCOLA MUNICIPAL DIOCLESIANA DE MORAIS SILVA	37	24	PLANEJAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	CONCLUÍDA	NECESSITA	15/04/2017	PERFURADO-SINFRA	NÃO POSSUI		SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA 24.06.2017

Fonte: SEDUC (2018)

Das escolas construídas, destacam-se algumas em locais com condição de extrema vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, lugares em situação de risco, em sua maioria parte integrante dos municípios constantes do Plano Mais IDH. Urge notar que existem ainda um pensamento sistêmico desde a concepção do programa, onde se nota que este não gravita apenas em torno de construir escolas, mas sobretudo de melhorar as condições de vida do povo maranhense. Tal visão de sistema confere assistência à comunidade num sentido mais amplo, como vemos no quadro acima: no mapeamento técnico busca-se saber, por exemplo, se há necessidade de poço no local, qual o status da rede de distribuição de água, dentre outros fatores condicionantes da melhoria de vida da população.

Tabela 11 - Amostragem Escolas (3)

ORÇ.	REGIONAL	MUNICÍPIO	POVOADOS/ ASSENTAMENTOS/ ALDEIA INDÍGENA	SALAS	ESCOLA	QUANTIDADE DE ALUNOS	QUANTIDADE DE PROFESSORES	CONSTRUTORA	DATA PREVISTA DE ENTREGA	NECESSIDADE DE POÇO	DATA DE ENTREGA PREVISTA DO POÇO	STATUS DO POÇO	STATUS REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	STATUS LIGAÇÃO DO POÇO	SOL. LIG. ELÉTRICA	STATUS DA LIG. ELÉTRICA	MOBILIÁRIO	STATUS INAUGURAÇÃO
16	CAXIAS	SÃO JOÃO DO SÓTER	POV. TRAVESSIA	2	EM JÚLIO DE OLIVEIRA MOTA	29	9	J. MENEZES CONSTRUÇÕES LTDA.	CONCLUÍDA-SEM ACESSO-ENTREGA 0906	NECESSITA-SEDES	20/04/2017	PERFURADO SEDES	CONCLUÍDO		SOLICITADO	LIGADO SÓ O POÇO E NÃO ESTÁ LIGADA A ENERGIA DA ESCOLA	MOBILIADA	INAUGURADA 24.06.2017
17	ZÉ DOCA	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	POV. 8ª QUADRA DA BS	2	EM DA 8ª QUADRA DA BS	28	18	HORIZONTE CONSTRUÇÕES	20/05/2017	NECESSITA-SINFRA	15/06/2017	CONCLUÍDO	NÃO POSSUI		SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA 30.06.2017
18	ZÉ DOCA	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	POV. PLANO B	2	EM DO PLANO B	32	17	HORIZONTE CONSTRUÇÕES	CONCLUÍDA	NÃO NECESSITA	X	CONCLUÍDO	NÃO POSSUI		SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA 30.06.2017
19	AÇAILÂNDIA	BURITICUPU	VILA SÃO RAMUNDO CINEL	2	EM SOUSA ANDRADE	53	45	J. MENEZES CONSTRUÇÕES	CONCLUÍDA	POÇO EXISTENTE	X	X	FALTA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E RESERVAT	LIGAÇÃO EXISTENTE	SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA 24/08/2017
20	ZÉ DOCA	GOV. NEWTON BELLO	POVADO SANTA LUIZA- ALUNOS JÁ NA ESCOLA	2	ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ	34	60	PARCEIRA- QUICK HOUSE	OBRA CONCLUÍDA	POÇO CONCLUÍDO PENDENCIA DE LIMPEZA	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO O SEDES	LIGAÇÃO EFETIVADO	SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA 29/08/2017
21	PRESIDENTE DUTRA	TUNTUM	POV. PLACA VIOLÃO	2	EM RAMUNDO FERREIRA LIMA	14	31	BS CONSTRUTORA LTDA	CONCLUÍDA	POÇO EXISTENTE	X	X	POSSUI RDE DE DISTRIBUIÇÃO	EXISTENTE	SOLICITADO	EFETIVADA	MOBILIADA	INAUGURADA 12/09/2017
22	PRESIDENTE DUTRA	TUNTUM	POV. OLHO D'ÁGUA	2	EM UNIDOS PARA VENCER	22	23	BS CONSTRUTORA LTDA	CONCLUÍDA	POÇO EXISTENTE	X	X	POSSUI REDE DE ABASTECIMENTO	EXISTENTE	SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA 12/09/2017
23	CODÓ	PERITORÓ	POV. PERITORÓ DOS PRETOS	2	EM FRANCISCO DE ASSIS	47	21	J. MENEZES CONSTRUÇÕES LTDA.	CONCLUÍDA	POÇO EXISTENTE	X	X	MANUTENÇÃO DA REDE - SEDES	EFETIVADA	SOLICITADO	LIGADO	MOBILIADA	INAUGURADA 16/09/2017
24	BACABAL	VITORINO FREIRE	CENTRO NOVO	2	UNIDADE ESCOLAR PROFESSOR MIZALVES ALVES	63	37	NOVA MORADA LTDA.	CONCLUÍDA	POÇO EXISTENTE	X	X	FALTA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E RESERVATÓRIO SEDES	LIGAÇÃO EXISTENTE	SOLICITADO	LIGAÇÃO EFETIVADA	MOBILIADA	INAUGURADA 25/09/2017 9H
25	PEDREIRAS	LAGO DA PEDRA	POV. CENTRO DOS CHAGAS	2	UNIDADE INTEGRADA JOÃO DIAS NAPOLEÃO	55	10	LOPES CONSTRUTORA	CONCLUÍDA	POÇO PERFURADO SINFRA (CONCLUÍDO)	CONCLUÍDO	EM CONSTRUÇÃO	FALTA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E RESERVATÓRIO (NÃO INICIOU).	NÃO EFETIVADA SINFRA	SOLICITADO	LIGADO.	MOBILIADA	INAUGURADA 29/09/2017 14H

Fonte: SEDUC (2018)

Ainda avaliando uma amostragem das escolas construídas, têm-se uma constatação demasiadamente importante para que se entenda a política pública em questão de maneira holística: não apenas a Secretaria de Estado da Educação depende esforços, recursos humanos e capitais, mas também outros órgãos como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), a Secretaria de Infraestrutura do Estado (SINFRA), dentre outros. Isso corrobora para o entendimento mais embrionário do programa, que reside em melhorar a educação do Estado – eixo central – na certeza de que serão potencializados também outros ramos da condição humana dos cidadãos – eixos secundários – já que tudo isso passa por um processo global de soma de esforços do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada como um todo.

5.3 Investimento

O custo geral do programa, com atualização em 25.10.2018, conforme planilha de investimentos de obras concluídas repassada pela Assessoria do Programa Escola Digna (SASSE) é de R\$ 33.643.294,37. No quadro abaixo pode-se analisar planilha média de custos de construção das escolas construídas no programa:

Tabela 12 - Planilha de custos (unit/m²)

Nº	TIPO	TERRENO (DIMENSÕES MÍN.)	UNIT/M ²	ÁREA CONST.	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	SITUAÇÃO
REGULAR							
1	1 SALAS	35m x 30m	R\$ 1.519,29	181,50	R\$ 275.751,44	90 DIAS	ATUALIZAÇÃO EM AND
2	2 SALAS	35m x 30m	R\$ 1.799,05	216,00	R\$ 388.595,87	90 DIAS	VALOR ATUALIZAC
3	4 SALAS	35m x 35m	R\$ 1.465,40	348,95	R\$ 511.351,90	120 DIAS	VALOR ATUALIZAC
4	6 SALAS	55m x 40m	R\$ 1.176,40	610,61	R\$ 718.322,38	180 DIAS	VALOR ATUALIZAC
5	8 SALAS	60m x 45m	R\$ 1.285,49	752,70	R\$ 997.588,48	240 DIAS	ATUALIZAÇÃO EM AND
6	10 SALAS	60m x 45m	R\$ 1.256,07	989,87	R\$ 1.243.346,75	300 DIAS	ATUALIZAÇÃO EM AND
7	12 SALAS	60m x 45m	R\$ 1.304,47	1063,21	R\$ 1.388.923,87	360 DIAS	ATUALIZAÇÃO EM AND
INDÍGENA							
1	1 SALAS	45m x 25m	R\$ 1.328,20	204,96	R\$ 272.226,95	90 DIAS	ATUALIZAÇÃO EM AND
2	2 SALAS	45m x 20m (45m x 25m)	R\$ 1.432,83	235,64	R\$ 337.632,41	90 DIAS	ATUALIZAÇÃO EM AND
3	4 SALAS	40m x 30m (45m x 30m)	R\$ 1.307,07	404,31	R\$ 528.480,31	120 DIAS	ATUALIZAÇÃO EM AND
4	6 SALAS	50m x 35m	R\$ 1.270,57	559,88	R\$ 711.364,33	180 DIAS	ATUALIZAÇÃO EM AND

Fonte: SEDUC (2018)

Conforme a planilha supramencionada, têm-se: o tipo de escola – a quantidade de salas –, a dimensão do terreno, o preço unitário (por m²), bem como o valor total de cada modelo e o prazo de execução de acordo com o tamanho e complexidade da obra. É imperativo ressaltar que a administração pública precisa ser regida sob a égide de princípios norteadores que estabelecem condições limítrofes à sua conduta e de seus gestores. Tais princípios, urge frisar, não são apenas balizadores legais dos administradores públicos, mas são sobretudo o sustentáculo de um bom uso do erário, evitando a malversação do dinheiro público. Neste sentido, avalia-se no presente trabalho que o valor despendido na execução do Programa Escola Digna, enquanto política pública educacional de importância ímpar na história de um Estado tão flagelado como é o Maranhão, é surpreendentemente baixo.

Tabela 13 – Amostragem planilha de custos geral

Especificação	Localização		Data		Nº Registro	Valor R\$	
	Endereço	Cidade	Aquisição	Construção	Cartório Imóveis	Aquisição	Construção
CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DIGNA COM 02 SALAS DE AULA NO POVOADO MUCAMBO (CONTRATO Nº 089/2017- SEDUC FIRMADO COM A EMPRESA TREVO ENGENHARIA)	BELÁGUA		CONCLUÍDA 04/10/2018			439.678,56
CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DIGNA COM 04 SALAS DE AULA NO POVOADO PEDRA FURADA (CONTRATO Nº 035 /2016-SEUDC FIRMADO COM A EMPRESA TREVO TERRAPLANAGEM E LOCAÇÕES)	FORMOSA DA SERRA NEGRA		CONCLUÍDA 24/10/2018			457.473,40
CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DIGNA COM 04 SALAS DE AULA NO POVOADO RIACHÃO (CONTRATO Nº 035 /2016-SEUDC FIRMADO COM A EMPRESA)	FORMOSA DA SERRA NEGRA		CONCLUÍDA 24/10/2018			457.473,40
CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DIGNA COM 02 SALAS DE AULA NO POVOADO BACABA (CONTRATO Nº 035 /2016-SEUDC FIRMADO COM A EMPRESA TREVO TERRAPLANAGEM E LOCAÇÕES)	RIACHÃO		CONCLUÍDA 29/10/2018			342.757,86
CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DIGNA COM 02 SALAS DE AULA NO POVOADO CAPÃO SOLTEIRO (CONTRATO Nº 035 /2016-SEUDC FIRMADO COM A EMPRESA TREVO ENGENHARIA TREVO TERRAPLANAGEM E LOCAÇÕES)	RIACHÃO		CONCLUÍDA 29/10/2018			342.757,86
		TOTAL					33.643.294,37

Fonte: SEDUC (2018)

De acordo com o quadro acima, recorte amostragem da planilha geral de custos do programa, pode-se perceber que este contém artifícios de controle de extrema relevância, tais como o endereço exato da escola, o número do contrato – informação de domínio público norteada pelo princípio da Publicidade – e o nome da empresa construtora, arrolado nos anais dos processos licitatórios empreendidos, bem como no Diário Oficial do Estado, o que propicia o acesso à informação que é direito de todo cidadão, inclusive somando mais um *stakeholder*, que é a Secretaria de Transparência e Controle (STC), que é sempre acionada quando da necessidade de auditorias e até mesmo de pequenas solicitações de acesso à informação de cidadãos comuns.

5.4 Filtro Resumido

Em sentido amplo pode-se analisar que o programa está desempenhando uma função que compete, por natureza Constitucional, ao Poder Público: todo indivíduo tem direito à educação e deve poder acessá-la com qualidade e dignidade. Este direito fundamental asseverado na Carta Magna traz à baila algumas questões que convém tratar no contexto do Escola Digna, como faremos mais adiante em

análise aos dados contidos no quadro resumido da SEDUC, atualizado em 05 de novembro de 2018:

Tabela 14 – Filtro Resumido

RESUMO - PROJETO ESCOLA DIGNA - FILTRO MUNICÍPIOS PLANO MAIS IDH atualizado dia 05/11/2018

Status da intervenção	Fonte de recursos				Total por Status	Observação
	BNDES	Tesouro	Emenda	Empresas		
Inaugurada	25			4	29	
Concluída	12			-	12	
Em construção	16			-	16	
Parada	1			-	1	
Paralisada	-			-	-	sem acesso
Aguardando O.S	8			-	8	
À contratar	-			-	-	
Em licitação - Fase Externa	8			-	8	Em fase de análise da Habilitação e Recurso.
Em licitação - Fase Interna	-			-	-	Processos encaminhados para dotação orçamentária
Empresas Parceiras	-			-	-	
Elaboração de Projeto	8			-	8	Em fase de elaboração/montagem de processo.
Em Distrato	4			-	4	Obras com desistência das construtoras e inexecução
TOTAL GERAL:	82				86	

Fonte: SEDUC (2018)

Como se observa, pode-se avaliar que, ainda que a função seja precipuamente do poder público, este pode fazê-la mediante o suporte oriundo de recursos de terceiros – como é o caso de empresas ou advindos do BNDES – ou do próprio caixa do Tesouro Estadual, podendo, ainda, ter o advento das Emendas Parlamentares. É seguro fazer as seguintes pontuações:

- 323 escolas foram executadas com orçamento do BNDES;
- 19 escolas, apenas, com recursos de empresas;
- 0 com recursos advindos do Tesouro e Emendas;

Tabela 15 - Filtro resumido (2)

atualizado dia 05/11/2018

Status da intervenção	Fonte de recursos					Observação
	BNDES	Tesouro	Emenda	Empresas	Total por Status	
Inaugurada	83			8	91	
Concluída	25			-	25	
Em construção	67			-	67	
Parada	12			-	12	
Paralisada	2			-	2	Obras com dificuldade de acesso
Aguardando O.S	16			-	16	Aguardando emissão da ordem de serviço - SEAOS SINFRA
À contratar	1			-	1	Aguardando empenho para contratação
Em licitação - Fase Externa	48			1	49	Em fase de análise da Habilitação e Recurso.
Em licitação - Fase Interna	-			-	-	Processos encaminhados para dotação orçamentária
Empresas Parceiras	-			10	10	Aguardando início das construções. Povoados já definidos
Elaboração de Projeto	61				61	
Em Distrato	8			-	8	
TOTAL GERAL:	323				342	

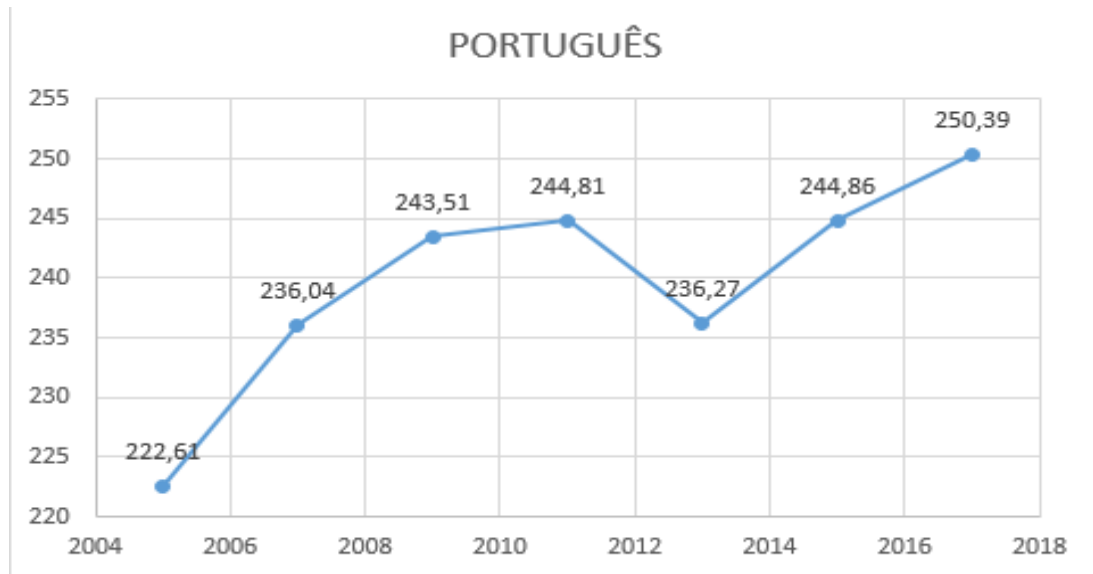
Fonte: SEDUC (2018)

Observa-se que há uma significativa quantidade de casos que exigem resiliência da Administração Pública, devendo o gestor estar atento para o cumprimento fidedigno daquilo que foi orçado e do tempo previsto de execução – ainda que muitas coisas fujam à alçada. Casos como obras paradas por dificuldade de acesso, ou com desistência da construtora e inexecução, são exemplos de fortuitos que podem vir a ocorrer, atrasando a entrega e, conseqüentemente, onerando o projeto. A gestão de projetos deve estar alinhada com os demais setores e alerta à possíveis desvios no caminho crítico, evitando assim a má gestão de recursos públicos.

5.5 Resultado IDEB

O ensino médio da rede estadual do Maranhão teve, no atual governo, a maior nota de sua história. O recorde foi divulgado em 2018 com o resultado do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), medido pelo Ministério da Educação. Um dos componentes de maior peso na nota final do IDEB é o Saeb, sistema de avaliação do nível de conhecimento dos alunos por meio de provas de português e matemática. Nessas duas áreas, os alunos maranhenses do ensino médio tiveram a melhor nota da história, como segue:

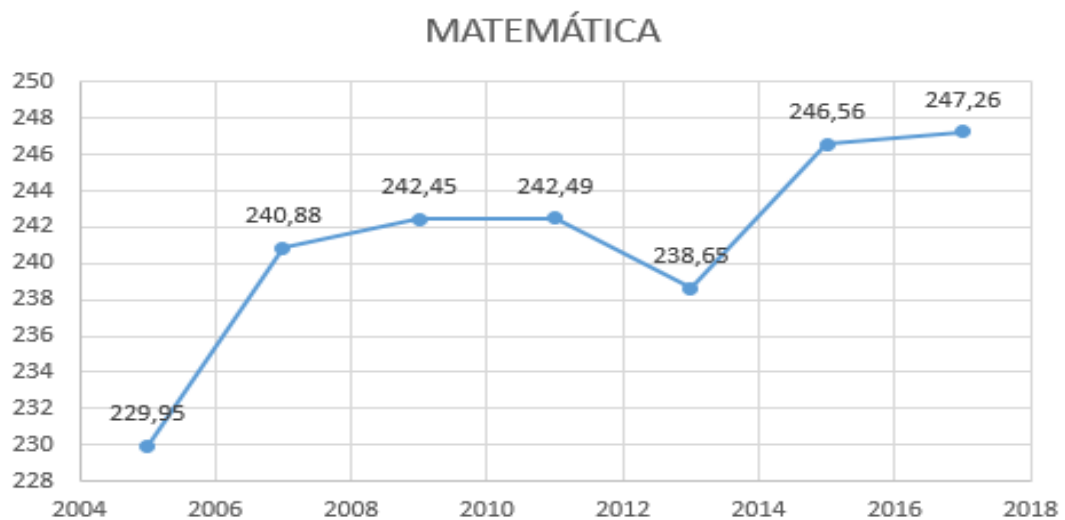
Gráfico 3 – Série histórica Saeb (Português)



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do IDEB (2017)

Nota-se um aumento significativo acima da série histórica, em que havia queda no ano de 2013 (gestão anterior à do atual Governador), para um salto exponencial em 2015 – de 236,27 para 244,86 – ano em que começaram a ser empreendidas as ações da Secretaria de Educação para a melhoria do Ensino. O crescimento se confirmou nesta última divulgação, em que a nota atingida foi de 250,39, a maior da série desde que foi criado o sistema de avaliação.

Gráfico 4 – Série histórica Saeb (Matemática)



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do IDEB (2017)

Na modalidade Matemática, também houve queda no ano de 2013, voltando, no entanto, a ascender notoriamente nos anos seguintes: 246,56 e 247,26, números que configuram um crescimento histórico sinalizado pelas ações desenvolvidas nas políticas públicas do Programa Escola Digna.

No geral, foi o maior crescimento que já se alcançou: mais de 20% em relação ao IDEB deixado pela gestão anterior. O Maranhão subiu da 21^a para a 13^a posição do país, ao lado de unidades federadas como Rio Grande do Sul e Distrito Federal, conhecidos nacionalmente por sua rede pública de qualidade. No Nordeste, foi conquistado o 3^o lugar, atrás apenas de Ceará e Pernambuco. Isso corrobora para a assertividade das medidas implementadas, mostrando que os índices educacionais estão em exponencial crescimento, que reflete a melhoria efetiva da Educação no Estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formulação e implementação de uma Política Pública de proporções faraônicas, tal qual se apresenta o Programa Escola Digna, deve estar alinhado às diretrizes do Plano de Governo desde a sua concepção mais embrionária, objetivando lograr êxito na execução desta, obtendo maiores resultados com menores despesas.

Não são poucos os entraves encontrados durante a empreitada de gerenciar ações governamentais de tamanha musculatura, sobretudo quando o País se encontra em um grave quadro de crise econômica, com contingenciamento de gastos, corte nas verbas e repasses aos Estados e Municípios, além de profunda recessão e diminuição do poder de consumo, o que esfria o comércio e faz a economia afundar ainda mais.

As contas públicas precisam ser saneadas, evitando gastos e desperdícios e buscando penalizar a malversação do dinheiro público. As instituições precisam estar alinhadas num eixo central de desenvolvimento, norteadas por diretrizes e objetivos comuns que devem ser sempre pensados na coletividade e bem-estar da população, especialmente daqueles que mais necessitam de políticas que nada mais fazem do que assegurar direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal.

Dentre estes direitos, urge notar que a Educação é fundamentalmente o pilar de sustentação de um povo, porquanto haja sua ausência (ou má prestação) toda a engrenagem de uma Nação é afetada. À proporção em que se apresentem empecilhos na missão de educar os cidadãos, devem haver políticas públicas eficientes e universais que contrabalanceiem as dificuldades enfrentadas por todo um processo histórico de mazelas, como é o caso do Brasil e, mais especificamente, do Nordeste e do Estado do Maranhão.

Deve-se considerar nesta equação o fato de que o Poder Público é reconhecidamente – ainda que em senso comum – uma máquina inchada, lenta, ineficiente e onerosa, retirando a credibilidade dos gestores e políticos e a transferindo à Iniciativa Privada ou ao Terceiro Setor, este último se apresentando como importante ferramenta que emana da sociedade civil organizada para acompanhar, subsidiar, fiscalizar e até suprir deficiências que o governo não consegue.

Quando houve iminente necessidade de ações mais concretas para a educação, ou seja, constatou-se uma demanda por escolas com condições minimamente dignas de funcionamento, O Governo do Estado, por meio da SEDUC, empreendeu o Programa Escola Digna mediante Decreto logo no início do mandato corrente, viabilizando medidas emergenciais de substituição de espaços sucateados, que são as escolas de taipa, tão comuns na realidade dos municípios mais pobres.

O que se constata no trabalho é que a SEDUC despendeu esforços colossais na implementação de um programa que viesse a melhorar as condições de estudo (aos estudantes) e trabalho (aos professores e corpo administrativo), melhorando, por conseguinte, todo um processo de ensino-aprendizagem que culminou no crescimento efetivo dos índices educacionais publicados oficialmente pelo Ministério da Educação por meio da divulgação do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Ao todo já são mais de 800 (oitocentas) intervenções estruturantes realizadas pelo Programa Escola Digna, fato que desagua no atingimento da maior nota da história do IDEB, que foi de 3,4 em 2017. Tudo isso, alinhado a ações como pagamento do maior salário de professores da rede pública de ensino do País, têm gerado resultados extremamente positivos que potencializam o bem-estar da população e subsidiam a melhoria da qualidade de vida em locais antes intocados por políticas públicas, como os municípios do Plano Mais IDH, grupo no qual se encontram os 30 piores Índices de Desenvolvimento Humano do Maranhão e, alguns deles, do Brasil.

Conclui-se como proposta de melhoria a ampliação do Programa Escola Digna, visando torná-lo política de Estado, e não de Governo, para que mesmo, que mudem os gestores, se possa dar continuidade ao processo de construção de escolas e substituição de locais em estado de total decrepitude por espaços com estrutura que condicione ao aluno obter um melhor rendimento escolar, assim como aos professores e funcionários sentirem-se valorizados, maximizando o processo de ensino, mediante o acompanhamento constante do Poder Público para que a educação melhore conforme técnicas pedagógicas coesas e tecnológicas.

Espera-se que esta pesquisa subsidie as instituições no sentido de oferecer suporte científico que fortaleça a política pública educacional, sob a ótica de um programa governamental que têm logrado êxito no atingimento de seus objetivos

e mediante literatura específica que nutra as ações com outros exemplos e casos de sucesso nesta seara.

Sugerem-se, para o futuro, estudos concernentes à formulação de políticas públicas que emanem da sociedade civil, com parceria e participação do Poder Público e da Iniciativa Privada. Outrossim, mecanismos introduzidos na Constituição Federal asseguram à população legislar extraordinariamente em demandas próprias, como é o caso da Iniciativa Popular, advento expresso no artigo 14 da Carta Magna.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Brunna Carvalho. DE PAULA, Sívio Luiz. O papel da avaliação de políticas públicas no contexto dos governos locais. **Planejamento e políticas públicas**, n. 42, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6738/1/PPP%20n42%20Papel.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CARDOSO JR, Jose Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada **Pensamento estratégico, planejamento governamental & desenvolvimento no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2015.

CAVALCANTI, Monica Maria de Arruda. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais- uma abordagem conceitual**. [20-?]. Disponível em: <<https://interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/download/20/8>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. 2007. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252127>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FARAH, Marta. F.S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUBA G. Egon; LINCOLN, Yvonna S. **Avaliação de quarta geração**. Tradução de Beth Honorato. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

LAKATOS. E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LASSWELL, Harold. **Politics: who gets what, when, how**. Nova York: McGraw-Hill, 1936.

MARTINS, Ângela Maria. **O campo das políticas públicas de educação: uma revisão de literatura**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 56, p. 276-299, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/download/2741/2693>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

NANNI, Giovanni; FILHO, José Camilo dos Santos. **Importância da avaliação das políticas públicas educacionais**. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ., Juiz de Fora, v. 18, n. 1, jan./jun. 2016.

NOGUEIRA, Flavia Maria de Barros; FERREIRA, Luís Antônio Miguel. Ministério da Educação. **Impacto das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas**. Brasília: MEC/SASE, 2014.

OLIVEIRA, D. A.; PINI, M. E.; FELDFEBER, M. Políticas educacionais e formas de regulação: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: _____. (Orgs.). **Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

QEDu. **Resultado IDEB**. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/brasil/ideb>> Acesso em: 22 nov. 2018.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS; André Vitor Fernandes dos; LIMA, Letícia Terreri Serra. **Políticas públicas em educação: a avaliação como um problema curricular contemporâneo**. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 23 set. 2018. 23/09/2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEDUC. **Secretaria de Estado da Educação**. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br/>> Acesso em 21/11/2018.

SOCKZEK, Daniel. Políticas públicas em educação: apontamentos reflexivos sobre o PDE – programa de desenvolvimento educacional do estado do Paraná. **Revista Intersaberes**, v. 8, Edição Especial, p. 68-81. nov. 2013. Disponível em: <>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SOUZA, Lanara Guimarães de. **Avaliação de políticas educacionais contexto e conceitos em busca da avaliação pública**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SOUZA, Lanara Guimarães de. **Avaliação pública de políticas educacionais: concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil. 2013. 190 f.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17308/1/Tese%20Lanara%20Souza.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, José Jairo; MORAES, Marcelo Pereira de Moraes; VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Avaliação e Políticas Públicas em Educação: Fatores determinantes na qualidade e formação de profissionais. **Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/viewFile/9357/6208>>. Acesso em: 28 nov. 2018.